



sm crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos

- 1) Regime Geral: INSS (repartição / déficit)
- 2) Previdência Aberta: você entra no banco e faz uma....PGBL / VGBL R\$ 350 BÍ
- 3) Previdência Complementar: Fundos de Pensão – BB – Previ // CEF R\$ 700 BÍ
- 4) RPPS



Lei nº 9.717/98

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o **seu equilíbrio financeiro e atuarial**, observando os seguintes critérios:

Portaria nº 403, de 10 de Dezembro de 2008

Art. 9º A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, **limitada ao máximo** de 6% (seis por cento) ao ano.

A inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, encerrou 2014 em 6,41%.

Para 2015, a projeção é que o IPCA encerre em 8,79%. A previsão foi elevada por nove vezes consecutivas.

Estamos falando em uma **meta atuarial superior a 14%.**

Sendo que a taxa de juros está em 13,75%.

Já no atual cenário, apenas com uma gestão passiva não é possível atingir a meta.

Essa taxa de juros se mantém? Não, e o desafio só aumenta!



Resolução nº 3.922/10, alterada pela Resolução nº 4.392/14.

Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 1º Fica estabelecido que os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as **condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.**

Artigo	Limite %	Tipo de Ativo
Renda Fixa		
Artigo 7º Inciso I Alínea A	100,00%	Títulos Públicos
Artigo 7º Inciso I Alínea B	100,00%	Fundos 100% Títulos Públicos
Artigo 7º Inciso II	15,00%	Operações Compromissadas
Artigo 7º Inciso III Alínea A	80,00%	Fundos Renda Fixa/Referenciado IMA/IDKA
Artigo 7º Inciso III Alínea B	80,00%	Fundos de Índices IMA/IDKA
Artigo 7º Inciso IV Alínea A	30,00%	Fundos Referenciados /Renda Fixa
Artigo 7º Inciso IV Alínea B	30,00%	Fundos de Índices
Artigo 7º Inciso V Alínea A	20,00%	Poupança
Artigo 7º Inciso V Alínea B	20,00%	Letra Imobiliária Garantida
Artigo 7º Inciso VI	15,00%	FIDC – Cota Sênior - Aberto
Artigo 7º Inciso VII Alínea A	5,00%	FIDC – Cota Sênior - Fechado
Artigo 7º Inciso VII Alínea B	5,00%	Fundo Crédito Privado

Artigo	Limite %	Tipo de Ativo
		Renda Variável
Artigo 8º Inciso I	30,00%	Referenciado
Artigo 8º Inciso II	20,00%	Fundo de Índice
Artigo 8º Inciso III	15,00%	Fundo Ações Livre
Artigo 8º Inciso IV	5,00%	Fundos Multimercados
Artigo 8º Inciso V	5,00%	Fundo de Investimentos em Participações
Artigo 8º Inciso VI	5,00%	Fundos Imobiliários – Mercado de Bolsa

Ministério da Previdência Social

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, executarão procedimentos de fiscalização das atividades e operações das entidades e fundos dos regimes próprios de previdência social, conforme disposto nos § 3º e 4º do art. 11 da Lei nº 11.457/2007.

AUDITORIA DIRETA - Verificação in loco do cumprimento das obrigações previstas legalmente.

AUDITORIA INDIRETA - Acompanhamento contínuo do cumprimento da legislação previdenciária, mediante encaminhamento de documentação específica, preenchimento periódico de demonstrativos e fornecimento de informações ao MPAS, conforme determinado na legislação.

Portaria nº 204, de 10 de Julho de 2008

Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP (Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001). O CRP tem como função atestar o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelos RPPS.

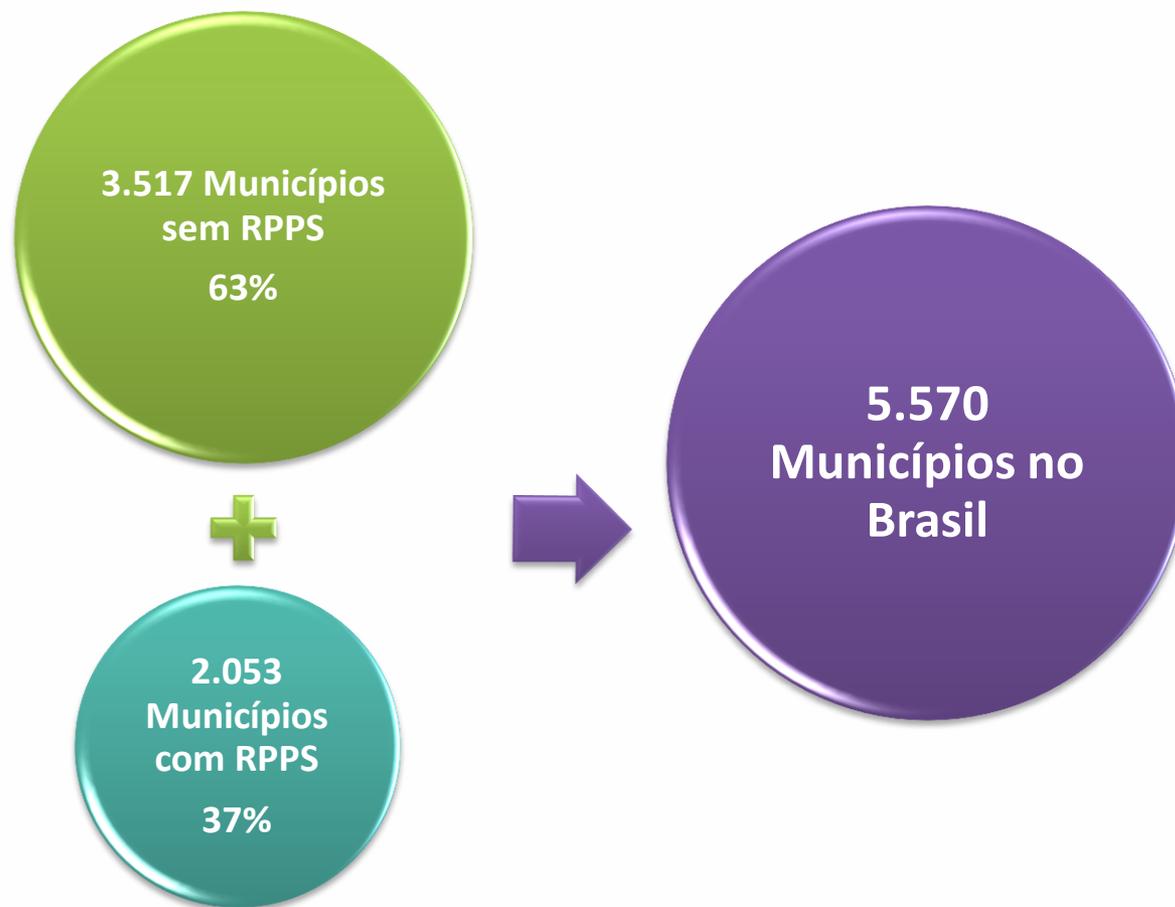
É EXIGIDO PARA:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
- Celebração de acordos, contratos, convênios com órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
- Celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;
- Pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Compensação Previdenciária.

Tribunal de Contas dos Estados

Fiscalizadora – consiste na realização de inspetorias e auditorias em órgãos e entes da administração direta e indireta (no caso do TCU, dos três poderes). Dentro desta função, é examinada a legalidade dos atos de admissão e de aposentadoria, por exemplo, bem como, a aplicação das transferências de recursos federais aos municípios, o cumprimento da LRF (principalmente no que tange à despesa com pessoal), do endividamento público e ainda os editais de licitação, atos de dispensa e inexigibilidade.

- **Conselho Administrativo:** Tem como atribuição nas matérias envolvendo investimentos, discutir e aprovar a Política de Investimentos, onde são estabelecidos os critérios de alocação dos recursos previdenciários do RPPS.
- **Conselho Fiscal:** Dentre suas atribuições estão: fiscalizar os atos da Diretoria Executiva e Conselho de Administração e ainda homologar as aposentadorias concedidas.
- **Comitê de Investimentos:** Cabe ao comitê executar e propor a Política de Investimentos, após a aprovação do Conselho de Administração.

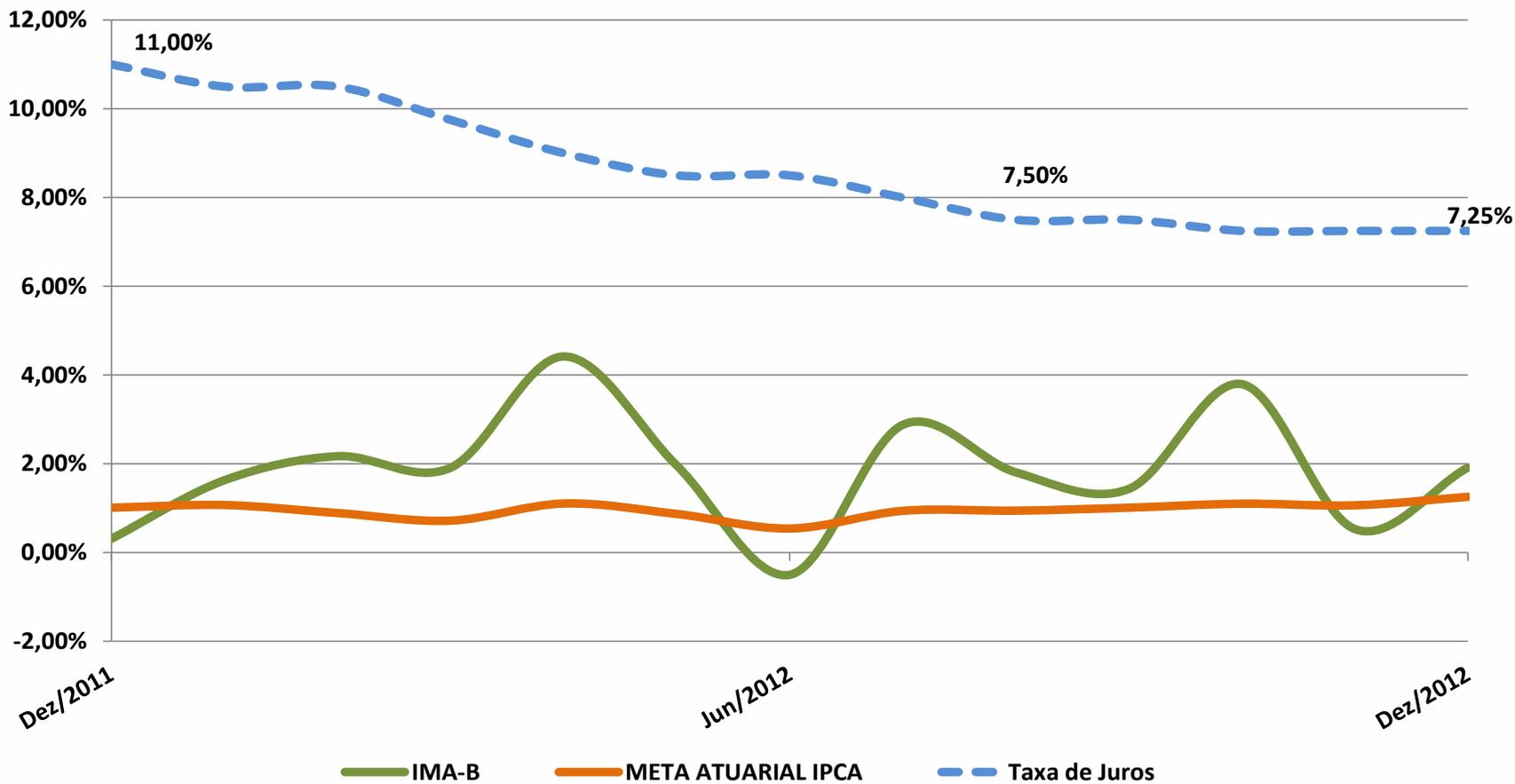


Fonte: DAIR de Novembro de 2014.

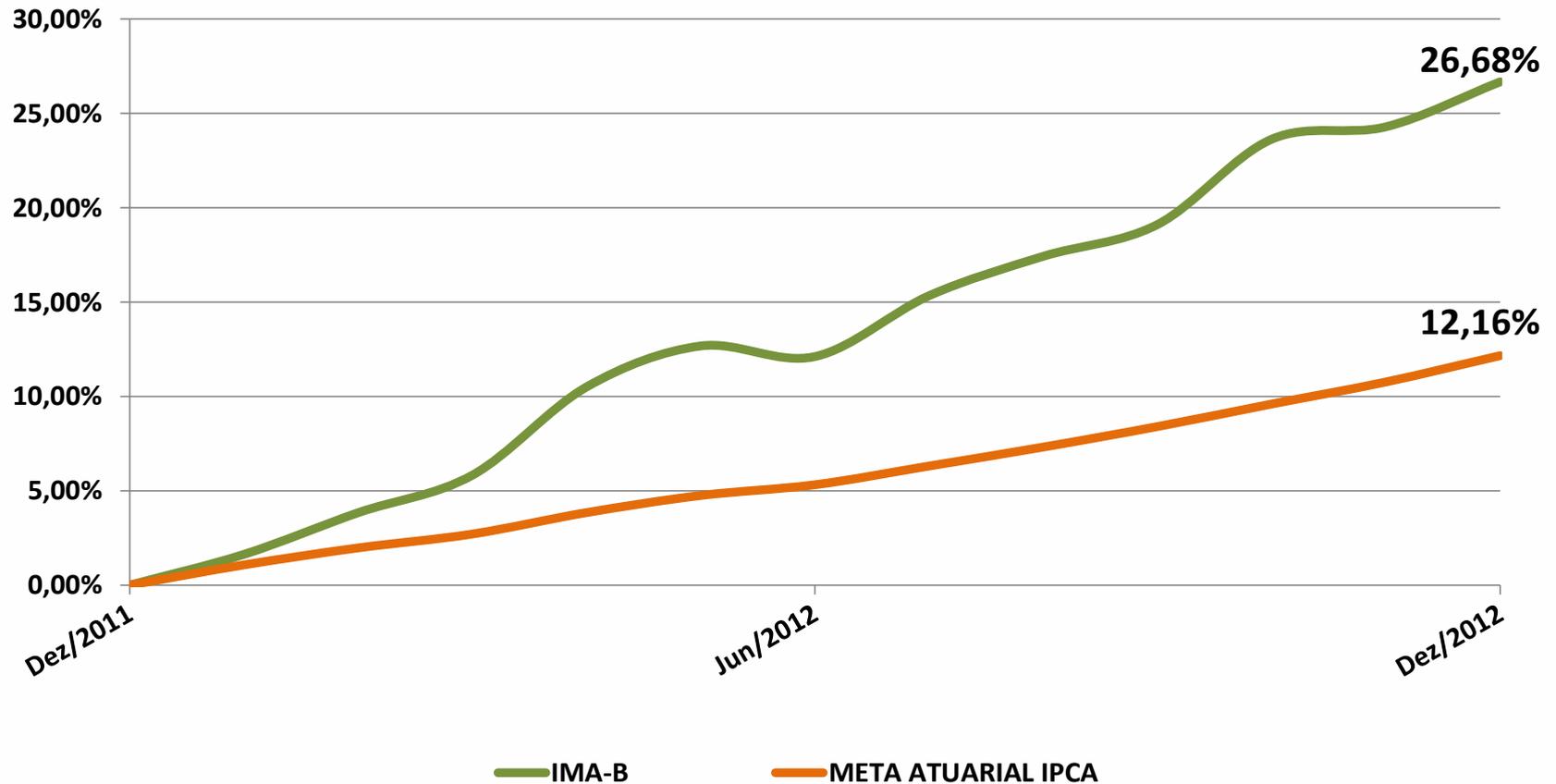
A Resolução nº 3.922/10 estabelece que na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços de consultoria com vistas ao cumprimento desta Resolução, esta deverá recair sobre pessoas jurídicas registradas na CVM ou credenciadas por entidade autorizada para tanto pela CVM.

- Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos: 240 RPPS Clientes ;

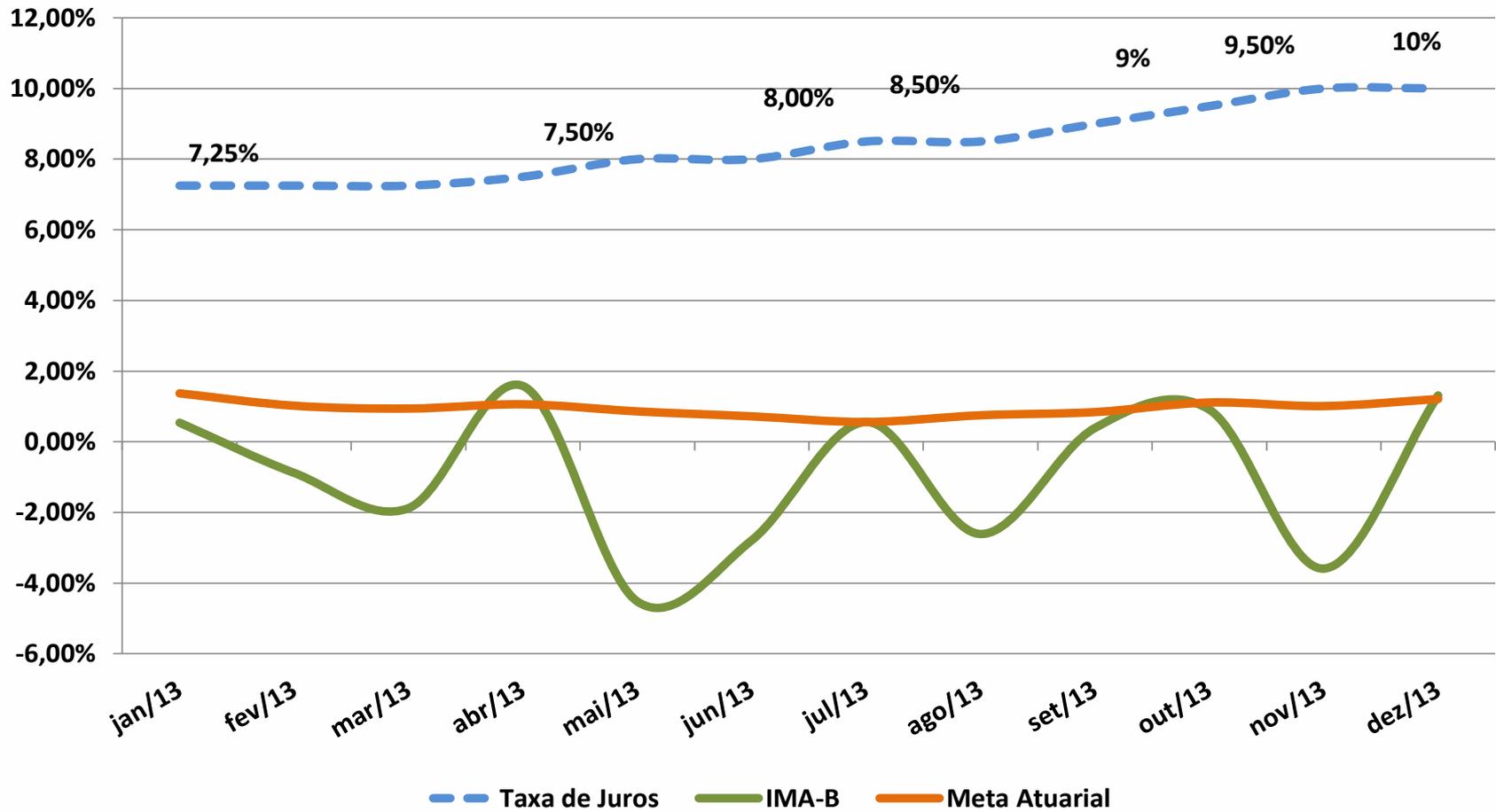
Série Histórica Mensal (2012)



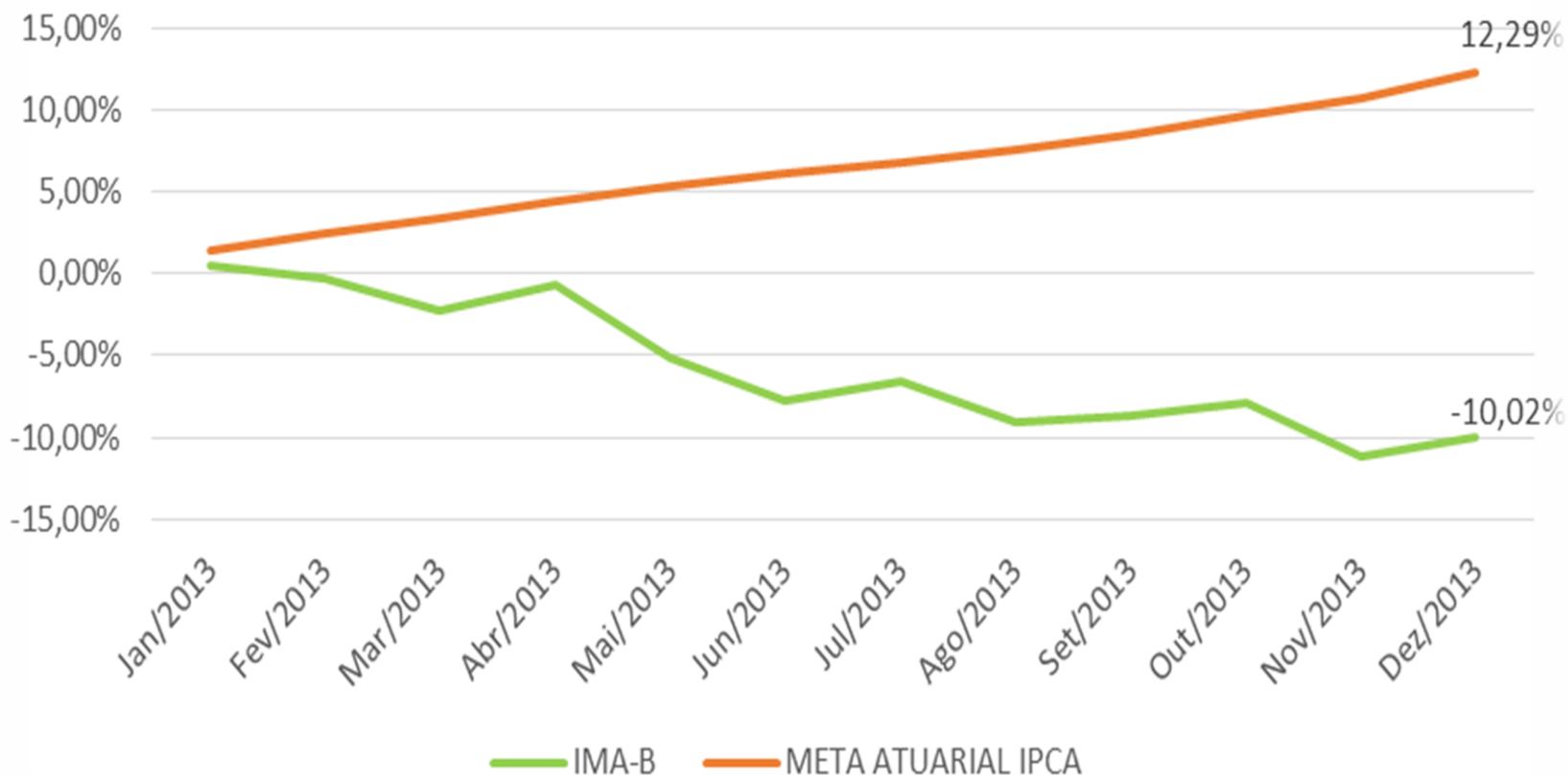
Rentabilidade Acumulada(2012)



Série Histórica Mensal (2013)



Rentabilidade Acumulada (2013)

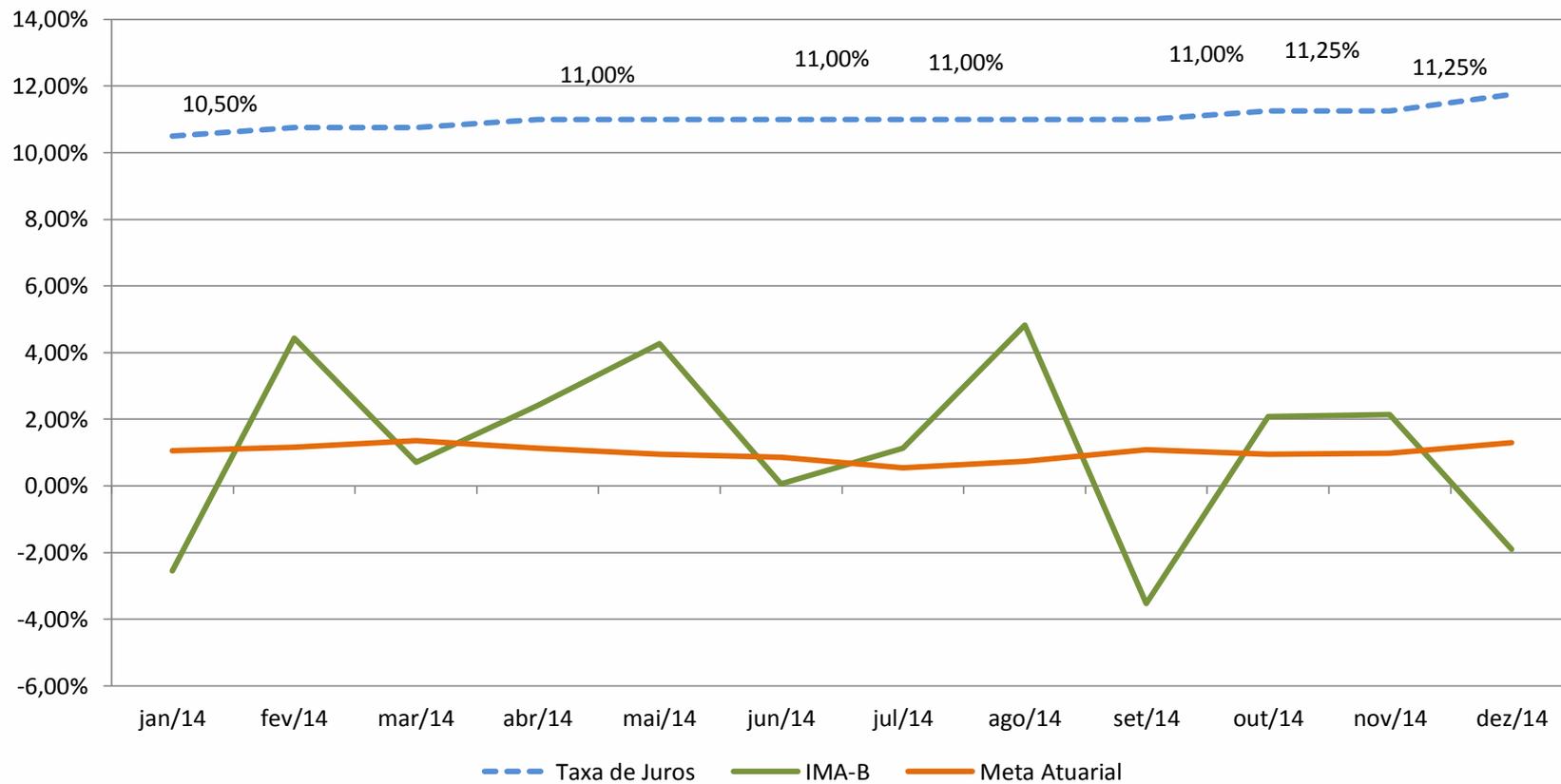


Em 2013, o governo utilizou-se do aumento da taxa de juros para conter a pressão inflacionária, impulsionada pela alta dos alimentos.

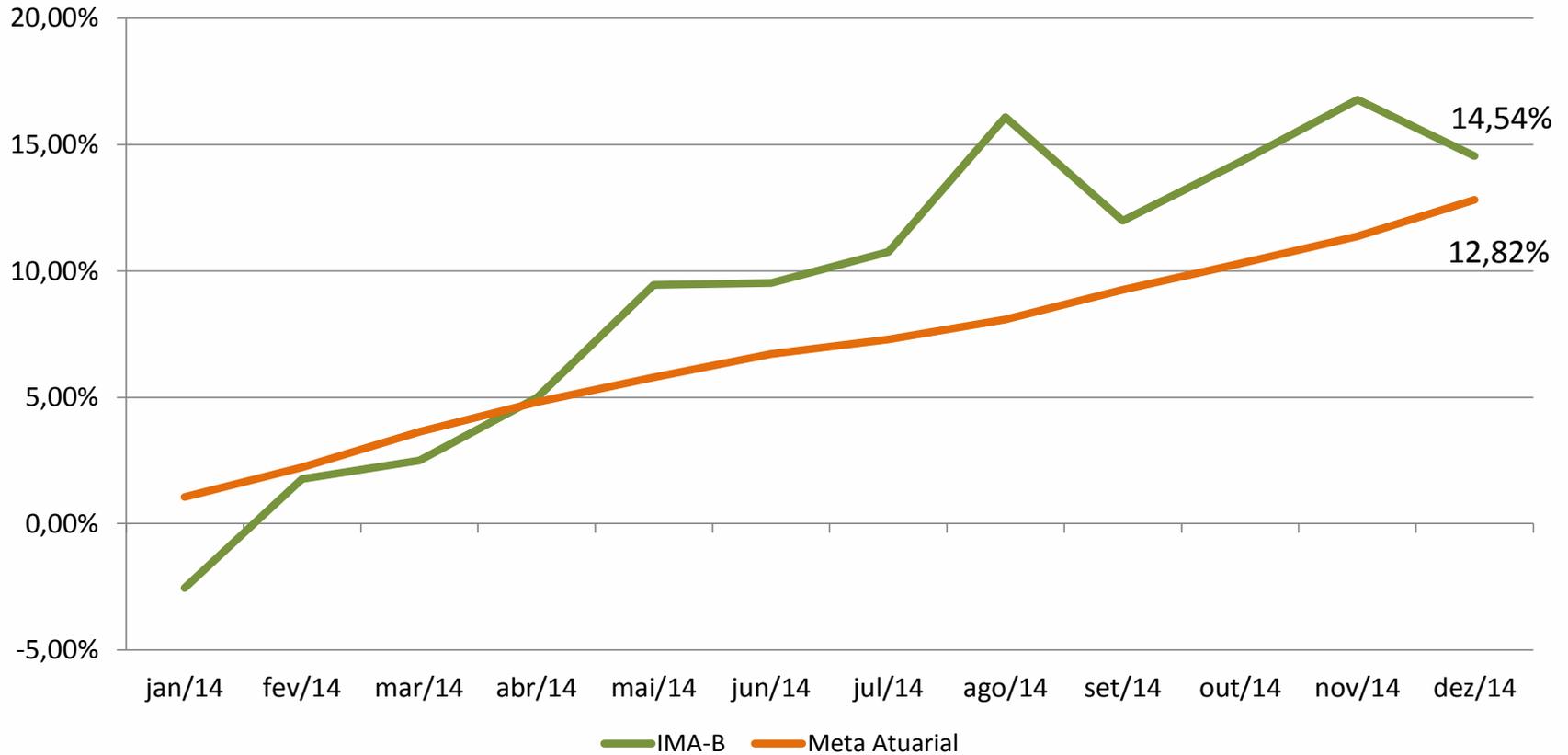
Durante os meses de abril e maio/13, o governo elevou a taxa básica de juros em 0,75%.



Série Histórica Mensal (2014)



Série Histórica Acumulada (2014)



Destaques/14



Mercado Doméstico

- **Problemas ambientais** - Falta de chuva e excesso de calor provocam impactos na produção de alimentos que proporciona mais pressão na inflação;
- **PIB** - Baixo crescimento resultado da contração dos investimentos e desaceleração adicional do consumo das famílias. Para 2015, -1,45;
- **Indústria em queda** - O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados desde 2009;
- **Infraestrutura do Brasil é inferior à média mundial** - O Brasil virou um ponto fora da curva quando o assunto é investimento em infraestrutura. Apesar das promessas e iniciativas para fazer do setor um motor de crescimento do País, os resultados ainda estão aquém das necessidades



ELEIÇÕES 2014

Perspectivas para 2015, as projeções para a economia não são nada animadoras para o curto prazo. O governo central se esforça na busca pelo equilíbrio fiscal, e o ajuste das contas públicas segue como principal desafio da equipe econômica.

Inflação

Boa parte dos brasileiros já sente o peso da alta de preços no bolso e caberá ao próximo governo evitar um descontrole nessa área.

Contas Públicas

Déficit primário de R\$ 32,53 bilhões, correspondente a 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB);

Primeiras medidas além do aumento da SELIC, o governo anuncia aumento de tributos sobre combustíveis, importados e operações de crédito.



Investimento

Impulsionar os investimentos privados na produção e em infraestrutura será um dos principais desafios do novo governo

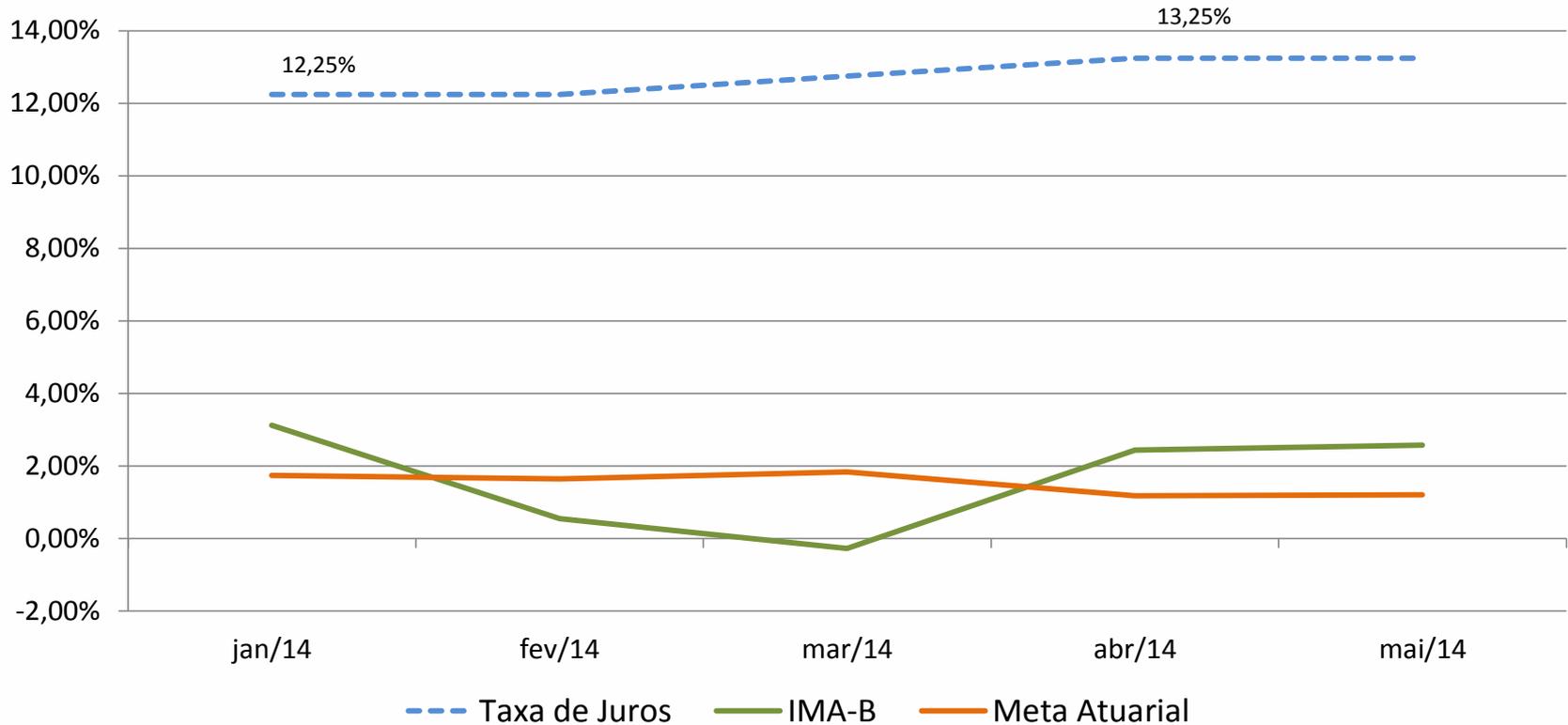
Inclusão Social

O grande desafio não é simplesmente crescer, mas sim crescer com estabilidade e emprego.

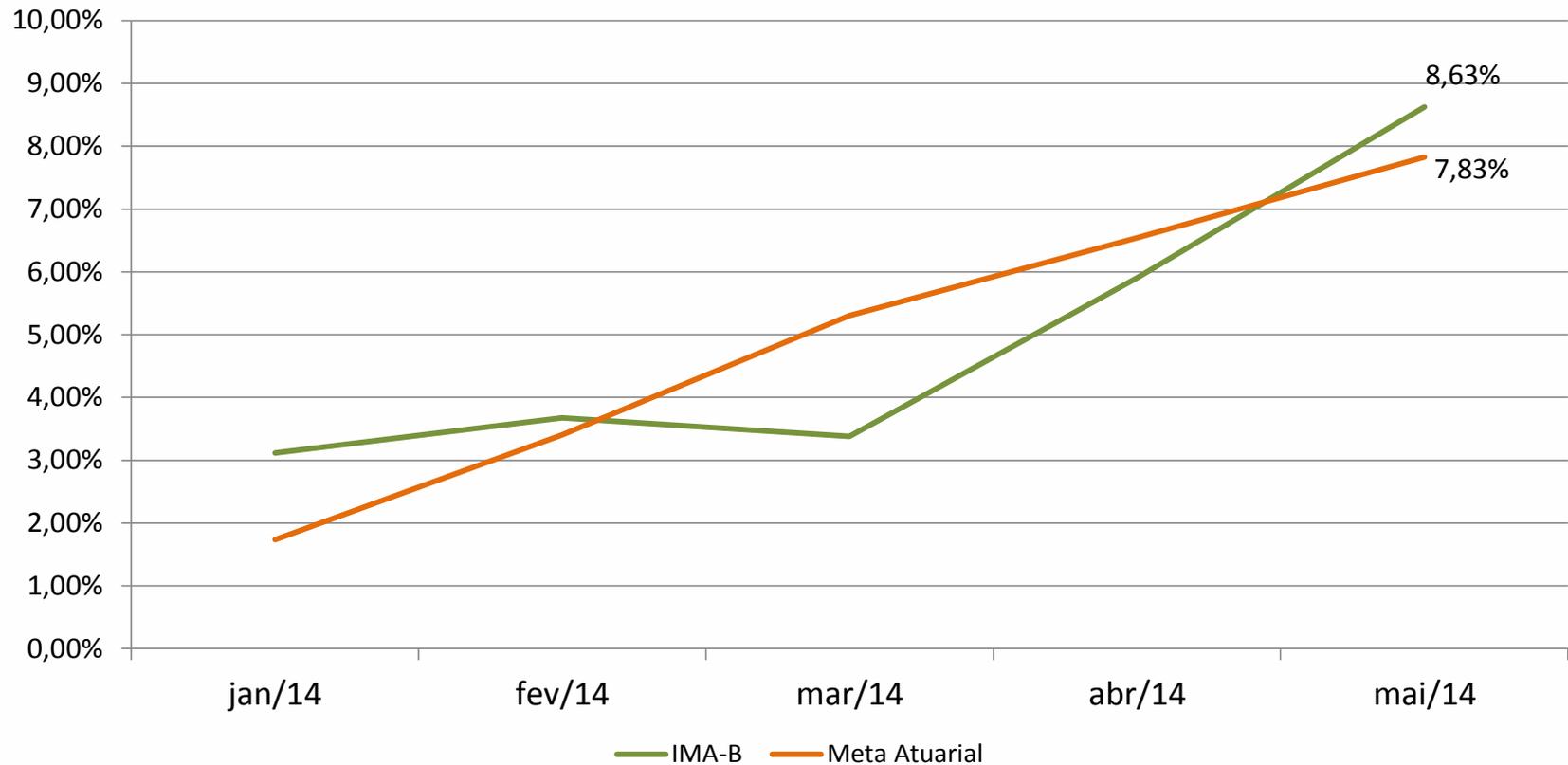
Problemas Estruturais

É preciso atacar os problemas estruturais que afetam a competitividade das empresas no país.

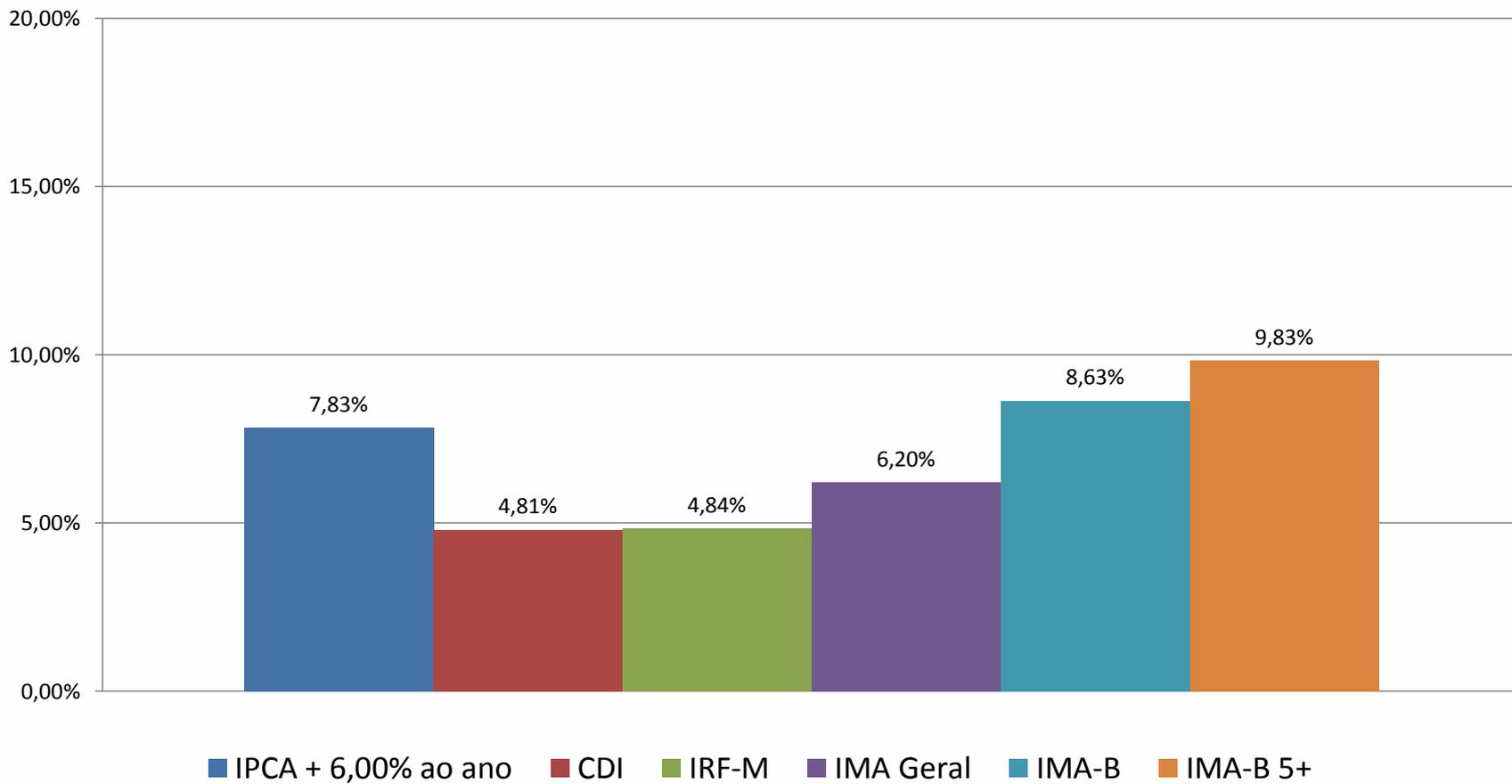
Série Histórica Mensal (Maio/2015)



Série Histórica Acumulada (2015)



Retorno Acumulado Maio /2015



Gerin

19 de junho de 2015

Expectativas de Mercado								
Mediana - agregado	2015				2016			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	8,37	8,79	8,97	▲ (10)	5,50	5,50	5,50	≡ (5)
IGP-DI (%)	7,03	7,08	7,31	▲ (3)	5,50	5,50	5,50	≡ (46)
IGP-M (%)	6,97	6,94	7,00	▲ (3)	5,50	5,50	5,50	≡ (46)
IPC-Fipe (%)	8,33	8,39	8,45	▲ (3)	5,10	5,25	5,30	▲ (3)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,20	3,20	3,20	≡ (8)	3,30	3,30	3,40	▲ (1)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,07	3,10	3,09	▼ (1)	3,25	3,27	3,30	▲ (2)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,75	14,00	14,25	▲ (1)	12,00	12,00	12,00	≡ (4)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	13,38	13,50	13,63	▲ (1)	12,25	12,83	12,96	▲ (5)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	37,90	37,95	37,90	▼ (1)	38,50	38,50	38,20	▼ (1)
PIB (% do crescimento)	-1,24	-1,35	-1,45	▼ (5)	1,00	0,90	0,70	▼ (2)
Produção Industrial (% do crescimento)	-2,80	-3,20	-3,65	▼ (1)	1,50	1,60	1,50	▼ (1)
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-83,80	-84,00	-84,50	▼ (1)	-78,00	-78,35	-78,00	▲ (1)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	3,00	3,00	3,10	▲ (1)	10,00	10,35	11,00	▲ (2)
Invest. Estrangeiro Direto (US\$ Bilhões)	65,50	67,00	66,50	▼ (2)	65,00	65,00	65,00	≡ (4)
Preços Administrados (%)	13,70	14,00	14,50	▲ (7)	5,84	5,84	5,90	▲ (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

Mercado de Renda Fixa

Viés Neutro/Positivo para os vértices mais longos da curva de juros, caso a política monetária em curso obtenha os efeitos desejados. Se o mercado aceitar que o ajuste será suficiente para criar a recessão necessária para colocar a inflação na rota do centro da meta, é possível que a SELIC pare nos 14,50%. Relatório FOCUS mostra que as instituições “top 5” reduziram suas expectativas inflacionárias de 2016 para 5,21%.

Cenário no curto prazo ainda sugere cautela, razão pela qual nossa recomendação para este mês é um “mix” balanceado entre IMA-B e seus sub-índices (até 60%). O restante em CDI e IRFM-1.

Mercado de Ações

Cenário negativo para o Ibovespa. SELIC nas alturas, mercado de trabalho encolhendo, PIB indicando cenário recessivo, tudo somado causando impactos devastadores sobre a economia real.

Alocação de recursos neste segmento devem ser direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.

✓ *Credenciamento das Instituições Financeiras*

PORTARIA MPS Nº 440, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013 - DOU DE 11/10/2013

Renovados a cada 6 meses

✓ *Certificação do Comitê*

PORTARIA MPS Nº 440, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013 - DOU DE 11/10/2013

Art 6º - § 5º A partir de 01 de janeiro de 2015 a certificação de que trata o art. 2º será exigida de todos os entes federativos instituidores de RPPS e que detenham quaisquer valores sob gestão.

✓ *Estudos de Solvência*

Este tipo de estudo tem como principal objetivo identificar a razão da solvabilidade do plano de benefícios do RPPS, considerando premissas e hipóteses de simulação com base em fluxos de caixa atuarial e cenários macroeconômicos, e proporá composições de carteiras de investimentos que possam suportar e alongar a sobrevida do plano de benefícios, e que apresentem melhor relação entre resultado esperado (superávit projetado) e risco de déficit.



sm crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos